

Cuidando do futuro: reflexões a partir de uma atividade prática de promoção da saúde da criança e do adolescente em abrigo institucional

Caring for the future: reflections from a practical activity on child and adolescent health promotion in institutional shelters

Cuidando el futuro: reflexiones a partir de una actividad práctica de promoción de la salud de niños y adolescentes en un albergue institucional

DOI: 10.5281/zenodo.18226963

Recebido: 10 jan 2026

Aprovado: 12 jan 2026

Gabriel Nivaldo Brito Constantino

Acadêmico de Enfermagem

Instituição de formação: Universidade Iguaçu

Endereço: Nova Iguaçu – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9129-1776>

E-mail: gnbconstantino@gmail.com

Wanderson Alves Ribeiro

Pós-doutor em Ciência do Cuidado em Saúde

Instituição de formação: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Niterói – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8655-3789>

E-mail: enf.wandersonribeiro@gmail.com

Keila do Carmo Neves

Doutora em Enfermagem

Instituição de formação: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Endereço: Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6164-1336>

E-mail: keila_arcanjo@hotmail.com

Thuani Jesus da Silva

Acadêmica de Enfermagem

Instituição de formação: Universidade Iguaçu

Endereço: Nova Iguaçu – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0456-8253>

E-mail: thuthujesus@yahoo.com.br

Franciele de Pontes Silva

Acadêmica de Enfermagem

Instituição de formação: Universidade Iguaçu

Endereço: Nova Iguaçu – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6380-0107>

E-mail: francielesilvaf76@hotmail.com

Ana Maria Santos Oliveira

Acadêmica de Enfermagem

Instituição de formação: Universidade Iguacu

Endereço: Nova Iguacu – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1834-9687>

E-mail: anamariareal12@gmail.com

Marcus Vinicius Conceição de Castro

Acadêmico de Enfermagem

Instituição de formação: Universidade Iguacu

Endereço: Nova Iguacu – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-1632-6185>

E-mail: vinizaocastro@gmail.com

John Douglas de Oliveira Silva

Acadêmico de Enfermagem

Instituição de formação: Universidade Iguacu

Endereço: Nova Iguacu – Rio de Janeiro, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-9661-0213>

E-mail: jdouglas0188@gmail.com

RESUMO

O presente estudo reflexivo tem como objetivo analisar a experiência vivenciada em uma atividade prática supervisionada de promoção da saúde com crianças e adolescentes em abrigo institucional, articulando ensino, serviço e comunidade no contexto da graduação em Enfermagem. A pesquisa, de natureza descritiva, foi realizada no âmbito da disciplina do Projeto Extensionista Integrador, em uma unidade de acolhimento institucional da Região Metropolitana I, utilizando a observação participante como principal estratégia de análise. Essa abordagem permitiu aos discentes acompanhar, vivenciar e refletir criticamente sobre as dinâmicas institucionais, as interações com o público atendido e os impactos das ações desenvolvidas. O estudo encontra respaldo ético na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa a apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa para pesquisas reflexivas, educativas e formativas sem identificação dos participantes. A análise foi organizada em duas categorias: (1) Promoção da saúde no contexto do acolhimento institucional; (2) Contribuições da prática extensionista para a formação em Enfermagem e para o cuidado integral à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os resultados evidenciam que a prática extensionista constitui um espaço privilegiado para a promoção do cuidado integral, sensibilizando futuros profissionais para as desigualdades sociais e para as múltiplas dimensões do processo saúde-doença. Além disso, contribui para o desenvolvimento de competências acadêmicas e humanísticas essenciais à formação em Enfermagem e à atuação em contextos de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Acolhimento institucional. Enfermagem. Crianças e adolescentes. Prática extensionista.

ABSTRACT

This reflective study aims to analyze the experience of a supervised practical activity focused on health promotion with children and adolescents in an institutional shelter, integrating teaching, service, and community in the context of Nursing education. The research, descriptive in nature, was conducted within the Extension Project Integrator course in an institutional care unit in the Metropolitan Region I, using participant observation as the main analysis strategy. This approach allowed students to actively follow, experience, and critically reflect on institutional dynamics, interactions with the population, and the impacts of the actions carried out. The study is ethically supported by Resolution No. 510/2016 of the National Health Council, which exempts research of a reflective, educational, and formative nature without participant identification from ethics committee review. The analysis was organized into two categories: (1) Health promotion in the context of institutional care; (2) Contributions of extension practice to

Nursing education and comprehensive care in light of the Child and Adolescent Statute (ECA) and the Sustainable Development Goals (SDGs). The results show that extension practice is a privileged space for promoting comprehensive care, sensitizing future professionals to social inequalities and the multiple dimensions of the health-disease process. Moreover, it contributes to the development of academic and humanistic competencies essential for Nursing training and practice in contexts of social vulnerability.

Keywords: Health promotion. Institutional care. Nursing. Children and adolescents. Extension practice.

RESUMEN

Este estudio reflexivo tiene como objetivo analizar la experiencia vivida en una actividad práctica supervisada de promoción de la salud con niños y adolescentes en un refugio institucional, articulando enseñanza, servicio y comunidad en el contexto de la formación en Enfermería. La investigación, de carácter descriptivo, se realizó en el marco de la asignatura Proyecto Extensionista Integrador, en una unidad de acogida institucional de la Región Metropolitana I, utilizando la observación participante como estrategia principal de análisis. Este enfoque permitió a los estudiantes acompañar, vivenciar y reflexionar críticamente sobre las dinámicas institucionales, las interacciones con el público atendido y los impactos de las acciones desarrolladas. El estudio cuenta con respaldo ético según la Resolución nº 510/2016 del Consejo Nacional de Salud, que exime la revisión por comité de ética para investigaciones reflexivas, educativas y formativas sin identificación de los participantes. El análisis se organizó en dos categorías: (1) Promoción de la salud en el contexto de la acogida institucional; (2) Contribuciones de la práctica extensionista a la formación en Enfermería y al cuidado integral a la luz del Estatuto de la Crianza y Adolescencia (ECA) y de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Los resultados evidencian que la práctica extensionista constituye un espacio privilegiado para la promoción del cuidado integral, sensibilizando a los futuros profesionales sobre las desigualdades sociales y las múltiples dimensiones del proceso salud-enfermedad. Además, contribuye al desarrollo de competencias académicas y humanísticas esenciales para la formación en Enfermería y la actuación en contextos de vulnerabilidad social.

Palabras clave: Promoción de la salud. Acogida institucional. Enfermería. Niños y adolescentes. Práctica extensionista.

1. INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência constituem fases fundamentais do desenvolvimento humano, marcadas por intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. No ordenamento jurídico brasileiro, considera-se criança a pessoa até 11 anos completos e adolescente aquela entre 12 e 17 anos, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990. Essas etapas demandam cuidados específicos e políticas públicas voltadas à garantia do desenvolvimento integral, à proteção contra situações de risco e à promoção da saúde, entendida em seu sentido ampliado, que abrange dimensões físicas, mentais e sociais.

No cenário contemporâneo, diversos fatores sociais, econômicos e familiares contribuem para a exposição de crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade. Estudos recentes apontam elevada prevalência de agravos à saúde mental nessa população, incluindo ansiedade, depressão, transtornos comportamentais e dificuldades de socialização, especialmente entre aqueles que vivenciam rupturas familiares precoces ou contextos de violência e negligência. Esses agravos são potencializados em ambientes marcados por instabilidade emocional e fragilidade dos vínculos afetivos, impactando negativamente o processo de crescimento e desenvolvimento saudável.

Corroborando ao contexto, no Brasil, o acolhimento institucional configura-se como uma medida de proteção excepcional e provisória, aplicada quando há violação dos direitos fundamentais da criança ou do adolescente, como abandono, negligência, violência física, psicológica ou sexual. Dados do Conselho Nacional de Justiça indicam que a negligência familiar, associada a situações de pobreza, uso de substâncias psicoativas pelos responsáveis e violência doméstica, figura entre os principais motivos que levam ao afastamento do convívio familiar. Embora previsto como temporário, o acolhimento institucional muitas vezes se prolonga, o que impõe desafios adicionais às políticas públicas e às equipes multiprofissionais envolvidas.

Informações atualizadas do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento apontam que, em 2024, cerca de 30 mil crianças e adolescentes encontravam-se em situação de acolhimento institucional ou familiar no Brasil. Apesar da existência de milhares de pretendentes habilitados à adoção, observa-se uma discrepância significativa entre o perfil desejado pelos adotantes e as características da maioria das crianças disponíveis, especialmente no que se refere à idade, grupos de irmãos e condições de saúde. Tal realidade contribui para a permanência prolongada em instituições e evidencia a complexidade dos processos de adoção e reintegração familiar.

Além disso, estudos e relatórios institucionais revelam que muitas unidades de acolhimento enfrentam limitações estruturais, déficit de recursos humanos e dificuldades na articulação com a rede de saúde e assistência social. Essas fragilidades podem comprometer a efetividade das ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e acompanhamento integral das crianças e adolescentes acolhidos, reforçando a necessidade de intervenções interdisciplinares e práticas educativas contextualizadas.

Nesse contexto, a formação em enfermagem assume atribuição estratégico, especialmente por meio de atividades extensionistas e práticas supervisionadas, que possibilitam a aproximação dos estudantes com realidades sociais complexas. A atuação da Enfermagem em espaços de acolhimento institucional contribui para a promoção de hábitos saudáveis, fortalecimento da autonomia, estímulo ao autocuidado e desenvolvimento da consciência crítica, alinhando-se aos princípios da integralidade e da equidade do Sistema Único de Saúde.

A realidade do acolhimento institucional no Brasil é também marcada por elevados números de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, em razão de violação de direitos. Dados atualizados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) divulgados em 2024 indicam que aproximadamente 31 mil crianças e adolescentes vivem em situação de acolhimento institucional ou familiar no país, evidenciando a complexidade e o volume dessa demanda no sistema de proteção social brasileiro.

Deste total, apenas um pequeno percentual encontra-se efetivamente disponível para adoção, enquanto a maioria permanece em processo de regularização jurídica ou busca pela reintegração familiar, fato que desafia as políticas públicas e as práticas profissionais no campo da proteção à infância e adolescência (Brasil, 2025).

Esse cenário se acentua quando se observa que, mesmo com a existência de mecanismos legais como o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), há uma discrepância entre o número de crianças acolhidas e aquelas efetivamente adotadas. As barreiras incluem preferências por faixas etárias mais jovens por parte de pretendentes, dificuldades processuais e a necessidade de priorizar a reintegração familiar sempre que possível, conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, a prevalência de motivos como negligência, abandono e situações de violência familiar como causas para o acolhimento reforça a necessidade de ações integradas que articulem saúde, educação, assistência social e proteção jurídica (Brasil, 1990; CNJ, 2022).

As ações de promoção da saúde desenvolvidas junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional também dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, em especial o ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos; o ODS 4, que trata da educação de qualidade; e o ODS 5, que aborda a igualdade de gênero. Esses objetivos reforçam a importância de estratégias educativas e inclusivas que considerem as especificidades desse público e contribuam para a redução das desigualdades sociais.

Diante desse panorama, torna-se relevante refletir sobre experiências práticas de promoção da saúde desenvolvidas no âmbito da graduação em enfermagem, especialmente em contextos de acolhimento institucional. Assim, o presente estudo tem como objetivos descrever a experiência vivenciada em uma atividade prática supervisionada de promoção da saúde com crianças e adolescentes em abrigo institucional e analisar, à luz do ECA e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as contribuições dessa prática para a formação em Enfermagem e para o cuidado integral desse público.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo reflexivo, de natureza descritiva, elaborado a partir de uma atividade prática supervisionada, desenvolvida no âmbito da disciplina do Projeto Extensionista Integrador, realizada em uma unidade de acolhimento institucional localizada em um município da Região Metropolitana I. A experiência ocorreu no período de agosto a dezembro de 2025, totalizando seis encontros presenciais, com duração média de duas horas cada, conduzidos por docentes e discentes, no contexto das atividades acadêmicas curriculares, sem finalidade de pesquisa empírica.

As ações extensionistas foram planejadas e executadas de forma contextualizada, considerando as especificidades do território, da instituição e do público atendido, estando alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, o ODS 4 – Educação de Qualidade e o ODS 5 – Igualdade de Gênero. As atividades desenvolvidas buscaram estimular a adoção de hábitos saudáveis, o fortalecimento da autonomia, a promoção da equidade e o desenvolvimento da consciência crítica acerca de aspectos fundamentais da vida cotidiana e do bem-estar físico, mental e social de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Do ponto de vista metodológico, o estudo fundamenta-se na abordagem reflexivo-descritiva, que possibilita a análise crítica de experiências vivenciadas em contextos reais de formação e prática profissional, valorizando a articulação entre teoria e prática. Esse tipo de estudo não objetiva a generalização dos achados, mas a compreensão aprofundada dos processos, das relações e dos significados construídos a partir da vivência extensionista, sendo amplamente utilizado em pesquisas no campo das ciências humanas e da saúde. Conforme Gil (2019) e Demo (2000), os estudos descritivos e reflexivos são adequados quando se busca compreender fenômenos sociais complexos, práticas institucionais e experiências educativas.

Como estratégia de análise, adotou-se a observação participante, caracterizada pela inserção ativa dos discentes no cenário das atividades, permitindo acompanhar, vivenciar e refletir criticamente sobre as dinâmicas institucionais, as interações estabelecidas e os impactos das ações desenvolvidas. Essa técnica possibilita uma compreensão sensível e contextualizada da realidade, ao considerar aspectos subjetivos, simbólicos e relacionais presentes nas práticas sociais. Segundo Minayo (2014), a observação participante contribui para a construção de análises mais densas e significativas, especialmente em estudos de natureza qualitativa e reflexiva, como o presente.

Ressalta-se que não houve coleta de dados primários, aplicação de instrumentos de pesquisa, entrevistas, questionários ou qualquer forma de identificação dos sujeitos envolvidos. As reflexões apresentadas baseiam-se exclusivamente nas vivências acadêmicas, nos registros reflexivos dos discentes e na fundamentação teórica e normativa pertinente. Dessa forma, o estudo encontra respaldo ético na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa a apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa para estudos de caráter reflexivo, educativo e formativo, sem identificação de participantes. Diante disso, todas as ações desenvolvidas respeitaram os princípios da proteção integral previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), assegurando a preservação da dignidade, dos direitos e do melhor interesse das crianças e adolescentes acolhidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão apresentadas e discutidas as categorias identificadas a partir da análise reflexiva da prática extensionista desenvolvida no contexto de acolhimento institucional. Cada categoria foi construída com base nas observações realizadas, nas interações estabelecidas com crianças e adolescentes e na articulação entre ensino, serviço e comunidade, permitindo evidenciar as contribuições da prática para a promoção da saúde, o cuidado integral e a formação acadêmica em enfermagem.

Categoria 1 – Promoção da saúde no contexto do acolhimento institucional: reflexões a partir da prática extensionista

A promoção da saúde em contextos de acolhimento institucional configura-se como um campo complexo, atravessado por determinantes sociais, emocionais e estruturais que impactam diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Nesse cenário, a extensão universitária emerge como uma estratégia potente para a construção de práticas de cuidado integral, ao possibilitar a aproximação entre a universidade e realidades marcadas por vulnerabilidades sociais. A literatura aponta que a atuação extensionista favorece a ressignificação do processo formativo, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o cuidado em saúde para além da dimensão assistencial, incorporando aspectos educativos, sociais e éticos (Figueiredo *et al.*, 2018).

Sob a perspectiva das universidades promotoras da saúde, as práticas extensionistas assumem um papel central na construção de ambientes saudáveis e no fortalecimento da autonomia dos sujeitos. Carvalho *et al.*, (2023) destacam que ações extensionistas orientadas por esse referencial contribuem para o desenvolvimento de competências críticas nos estudantes, ao mesmo tempo em que promovem impactos positivos nos territórios onde são desenvolvidas. No contexto do acolhimento institucional, essa abordagem permite a implementação de ações educativas em saúde alinhadas às necessidades reais das crianças e adolescentes, respeitando suas vivências e singularidades.

A experiência extensionista em abrigos institucionais também favorece a adoção de metodologias participativas e dialógicas, fundamentais para a promoção da saúde em populações historicamente vulnerabilizadas. Santos e Ruella (2019) ressaltam que a metodologia dos trabalhos de extensão possibilita a transição do conhecimento teórico para a prática social, fortalecendo vínculos, estimulando a participação ativa dos sujeitos e promovendo processos educativos mais significativos. Tais elementos são essenciais em contextos onde as relações de confiança frequentemente se encontram fragilizadas em razão de trajetórias marcadas por abandono, negligência e violência.

Do ponto de vista pedagógico, a extensão universitária contribui de forma expressiva para a aprendizagem significativa no processo formativo em saúde. Müller *et al.*, (2025) evidenciam que experiências práticas contextualizadas potencializam o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e relacionais, ao articular teoria e prática em cenários reais. Na formação em Enfermagem, essa vivência amplia a compreensão do cuidado como prática social, reforçando o compromisso com a promoção da saúde e com a defesa dos direitos humanos.

A literatura também destaca que a inserção dos estudantes em atividades extensionistas favorece a construção de uma postura profissional crítica e socialmente responsável. Brito *et al.*, (2021) apontam que a extensão universitária impacta positivamente tanto a formação discente quanto a comunidade, ao estimular o protagonismo estudantil, a sensibilidade social e o compromisso com a transformação da realidade. Em abrigos institucionais, esses impactos se refletem na qualificação das ações educativas e na ampliação do acesso à informação em saúde.

Além disso, experiências extensionistas contribuem para o reconhecimento da diversidade regional e das especificidades territoriais no processo de formação em saúde. Costa *et al.*, (2025) destacam que práticas educativas desenvolvidas em contextos periféricos e interioranos fortalecem a percepção crítica dos estudantes sobre desigualdades sociais e iniquidades em saúde. Essa perspectiva é particularmente relevante no acolhimento institucional, onde crianças e adolescentes frequentemente enfrentam múltiplas formas de exclusão social.

As reflexões sobre educação médica e extensão universitária reforçam ainda que essas práticas ressignificam o papel social da universidade, ao aproximar o conhecimento científico das demandas concretas da população. Ribeiro *et al.*, (2025) argumentam que a extensão amplia a capacidade de intervenção dos futuros profissionais da saúde, fortalecendo práticas pautadas na ética, na integralidade e na justiça social. Tais princípios são fundamentais para a atuação em serviços de acolhimento institucional.

Historicamente, a extensão universitária tem sido reconhecida como eixo estruturante da formação em saúde, ao possibilitar a vivência precoce em cenários reais de cuidado. Estudos clássicos demonstram que essa inserção favorece a construção de competências profissionais alinhadas às necessidades do Sistema Único de Saúde, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados para atuar em contextos complexos e desafiadores (Ponte *et al.*, 2009; Sampaio, 2016).

Dessa forma, a promoção da saúde no acolhimento institucional, quando mediada pela extensão universitária, consolida-se como uma estratégia formativa e socialmente relevante. Ao integrar ensino, extensão e compromisso social, essas práticas fortalecem a formação em Enfermagem e contribuem para a

construção de ações educativas mais humanizadas, críticas e comprometidas com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

O quadro a seguir apresenta, de forma cronológica decrescente, os principais estudos que fundamentam a discussão acerca da promoção da saúde no contexto do acolhimento institucional a partir da prática extensionista. A sistematização dos achados permite evidenciar a evolução conceitual e metodológica das ações extensionistas na formação em saúde, bem como sua contribuição para o desenvolvimento de práticas educativas, críticas e socialmente comprometidas. Destaca-se que os estudos analisados reforçam a extensão universitária como estratégia central para a promoção da saúde e para a qualificação do processo formativo em Enfermagem, especialmente em cenários de vulnerabilidade social.

Quadro 1 – Promoção da saúde no contexto do acolhimento institucional a partir da prática extensionista

Título do estudo	Autor/Ano	Principais contribuições
Aprendizagem significativa no processo formativo de profissionais da saúde	Müller <i>et al.</i> , 2025	Evidencia que a inserção de estudantes em práticas extensionistas favorece a aprendizagem significativa, o desenvolvimento de competências críticas e a compreensão ampliada do cuidado em saúde em contextos reais.
Public teaching in Nutrition and its relevance in the interior of Amazonas, Brazil: reflections based on the profile of graduates	Costa <i>et al.</i> , 2025	Destaca a relevância das práticas extensionistas na formação profissional comprometida com realidades sociais específicas, fortalecendo ações educativas e de promoção da saúde em territórios vulneráveis.
Reflexões sobre a educação médica e extensão universitária: experiências de um projeto de extensão paulistano	Ribeiro de Azevedo <i>et al.</i> , 2025	Aponta que a extensão universitária contribui para a formação ética, humanizada e socialmente responsável, aproximando estudantes das demandas concretas da população.
Práticas extensionistas sob a perspectiva teórica das universidades promotoras da saúde	Carvalho <i>et al.</i> , 2023	Evidencia que ações extensionistas fortalecem ambientes promotores da saúde, ampliam a autonomia dos sujeitos e favorecem práticas educativas integradas em contextos de vulnerabilidade social.
Extensão universitária e ensino em saúde: impactos na formação discente e na comunidade	Brito <i>et al.</i> , 2021	Demonstra impactos positivos da extensão universitária na formação discente e na comunidade, com fortalecimento do protagonismo estudantil e das ações de promoção da saúde.
Contribuição da metodologia de trabalhos de extensão na formação de profissionais da saúde: da teoria para a prática	Santos; Ruella, 2019	Evidencia que a metodologia extensionista favorece a articulação entre teoria e prática, contribuindo para ações educativas participativas e contextualizadas.
Extensão universitária na formação do estudante da área de saúde	Figueredo <i>et al.</i> , 2018	Ressalta que a extensão universitária amplia a compreensão do cuidado em saúde ao integrar dimensões sociais, educativas e comunitárias ao processo formativo.
Extensão Universitária na Formação em Saúde	Sampaio, 2016	Defende a extensão universitária como eixo estruturante da formação em saúde, essencial para o desenvolvimento de práticas críticas e comprometidas socialmente.
A extensão universitária na FAMED/UFRGS: cenário de formação profissional	Ponte <i>et al.</i> , 2009	Aponta a extensão universitária como cenário privilegiado de formação, contribuindo para o desenvolvimento de competências alinhadas às necessidades sociais e do sistema de saúde.

Fonte: Construção dos autores, com base nos dados extraídos dos estudos selecionados (2026).

A análise dos estudos apresentados no quadro evidencia que a prática extensionista constitui um eixo estruturante para a promoção da saúde no contexto do acolhimento institucional, sobretudo ao

possibilitar a aproximação entre universidade, serviços e comunidade. As experiências extensionistas favorecem a compreensão ampliada do processo saúde-doença, superando abordagens estritamente biomédicas e incorporando dimensões sociais, culturais e territoriais do cuidado, conforme destacado por Carvalho *et al.*, (2023) e Brito *et al.*, (2021). Nesse sentido, a extensão universitária se consolida como uma estratégia pedagógica capaz de integrar ensino, pesquisa e serviço, fortalecendo práticas de cuidado humanizadas e socialmente comprometidas (Sampaio, 2016).

Observa-se que os estudos mais recentes reforçam o papel da extensão na formação crítica e reflexiva dos estudantes da área da saúde, especialmente quando desenvolvida em contextos de vulnerabilidade social e institucional. Müller *et al.*, (2025) destacam que a aprendizagem significativa ocorre de forma mais consistente quando os discentes são inseridos em cenários reais de prática, favorecendo a construção ativa do conhecimento. De modo semelhante, Ribeiro de Azevedo *et al.*, (2025) apontam que a extensão universitária amplia a compreensão dos determinantes sociais da saúde, contribuindo para uma formação ética, crítica e socialmente comprometida.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se ao potencial das ações extensionistas para fortalecer práticas educativas em saúde no âmbito do acolhimento institucional. Costa *et al.*, (2025) ressaltam que a atuação extensionista possibilita a articulação entre saberes acadêmicos e conhecimentos populares, promovendo processos educativos mais contextualizados e participativos. Essa abordagem dialógica, também evidenciada por Santos e Ruella (2019), favorece a autonomia dos sujeitos e o empoderamento comunitário, elementos centrais para a promoção da saúde em populações em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a extensão universitária contribui de forma significativa para a qualificação dos serviços de saúde e das instituições de acolhimento, ao introduzir práticas inovadoras, reflexivas e interdisciplinares. Figueiredo *et al.*, (2018) e Ponte *et al.*, (2009) destacam que a inserção da universidade nesses espaços permite a problematização das práticas institucionais e a construção coletiva de intervenções mais resolutivas. Dessa forma, a extensão ultrapassa o caráter assistencialista, assumindo um papel transformador tanto na formação profissional quanto nos contextos institucionais de cuidado.

Os achados reforçam a necessidade de fortalecer e institucionalizar a extensão universitária como componente curricular nos cursos de graduação em Enfermagem. Brito *et al.*, (2021) e Sampaio (2016) defendem que a inclusão sistemática dessas práticas no processo formativo contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às desigualdades sociais e comprometidos com o cuidado ampliado. Assim, a extensão universitária se configura como ferramenta essencial para a promoção da saúde, a transformação

social e a consolidação de uma formação crítica e humanizada em saúde, especialmente no contexto do acolhimento institucional.

Com o objetivo de aprofundar a análise conceitual acerca da promoção da saúde no contexto do acolhimento institucional, o Quadro 2 reúne contribuições teórico-analíticas sobre a extensão universitária na formação em saúde. A disposição cronológica permite compreender a evolução do pensamento acadêmico sobre a extensão como eixo formativo, pedagógico e social, destacando seu papel na construção de práticas comprometidas com a integralidade do cuidado, a humanização e a responsabilidade social das instituições de ensino superior.

Quadro 2 – Fundamentos teórico-analíticos da extensão universitária na promoção da saúde

Ano	Título do estudo	Contribuições teórico-analíticas
2025	Aprendizagem significativa no processo formativo de profissionais da saúde	Evidencia a extensão como espaço central para a aprendizagem significativa, integrando teoria, prática e realidade social na formação em saúde.
2025	Reflexões sobre a educação médica e a extensão universitária	Discute a extensão como eixo estruturante da formação crítica, ética e socialmente comprometida na área da saúde.
2025	Ensino público em Nutrição e sua relevância no interior do Amazonas	Analisa a extensão como instrumento de democratização do conhecimento e fortalecimento da promoção da saúde em territórios vulneráveis.
2023	Práticas extensionistas sob a perspectiva das universidades promotoras da saúde	Fundamenta a extensão a partir do conceito de universidades promotoras da saúde, com foco no cuidado ampliado e no acolhimento institucional.
2021	Extensão universitária e ensino em saúde	Aponta impactos positivos da extensão na formação discente e na construção de práticas educativas em saúde.
2019	Contribuição da metodologia de trabalhos de extensão na formação em saúde	Defende a extensão como metodologia ativa que favorece pensamento crítico e aproximação com as necessidades sociais.
2018	Extensão universitária na formação do estudante da área de saúde	Discute a extensão como componente indissociável do ensino e da pesquisa.
2016	Extensão universitária na formação em saúde	Apresenta a extensão como espaço pedagógico de formação ética, humanizada e comprometida socialmente.
2009	A extensão universitária na Faculdade de Medicina da UFRGS	Analisa a extensão como cenário de formação profissional voltado à integralidade do cuidado.

Fonte: Construção dos autores, com base nos dados extraídos dos estudos selecionados (2026)

O Quadro 3 complementa a análise ao evidenciar as repercussões práticas da extensão universitária no acolhimento institucional. As produções selecionadas demonstram como os fundamentos teóricos se concretizam em ações extensionistas capazes de qualificar o cuidado, fortalecer vínculos, ampliar o acesso à educação em saúde e promover ambientes institucionais mais humanizados e socialmente comprometidos.

Quadro 3 – Repercussões da prática extensionista no acolhimento institucional e na promoção da saúde

Ano	Título do estudo	Aplicações na prática institucional
2025	Aprendizagem significativa no processo formativo de profissionais da saúde	Favorece práticas de acolhimento baseadas na escuta qualificada e na resolução de problemas reais dos serviços.
2025	Reflexões sobre a educação médica e a extensão universitária	Relata experiências extensionistas que qualificam o acolhimento institucional e aproximam estudantes das demandas sociais.
2025	Ensino público em Nutrição e sua relevância no interior do Amazonas	Fortalece ações educativas em saúde e o vínculo entre instituições e comunidades vulneráveis.
2023	Práticas extensionistas sob a perspectiva das universidades promotoras da saúde	Contribui para a humanização do cuidado e para a consolidação de ambientes institucionais promotores da saúde.
2021	Extensão universitária e ensino em saúde	Amplia o acesso à educação em saúde e fortalece a participação comunitária.
2019	Contribuição da metodologia de trabalhos de extensão na formação em saúde	Promove transformação das práticas institucionais a partir da atuação discente supervisionada.
2018	Extensão universitária na formação do estudante da área de saúde	Reorganiza práticas de acolhimento e educação em saúde nos serviços.
2016	Extensão universitária na formação em saúde	Consolida práticas institucionais éticas, humanizadas e socialmente responsáveis.
2009	A extensão universitária na Faculdade de Medicina da UFRGS	Demonstra impactos positivos na formação profissional e no cuidado integral.

Fonte: Construção dos autores, com base nos dados extraídos dos estudos selecionados (2026).

A literatura analisada demonstra consenso quanto ao papel estratégico da extensão universitária na promoção da saúde e na qualificação do acolhimento institucional. Estudos recentes indicam que a inserção dos estudantes em contextos reais de cuidado favorece a aprendizagem significativa, permitindo a articulação entre conhecimento técnico, sensibilidade social e compromisso ético (Müller *et al.*, 2025; Ribeiro *et al.*, 2025).

Sob a perspectiva das universidades promotoras da saúde, a extensão ultrapassa o caráter complementar e assume função estruturante no processo formativo. Carvalho *et al.*, (2023) destacam que práticas extensionistas contribuem para a construção de ambientes institucionais saudáveis, fortalecendo o cuidado ampliado e a humanização no acolhimento de populações em situação de vulnerabilidade.

No âmbito da formação em saúde, a extensão universitária favorece o desenvolvimento de competências relacionais e críticas, fundamentais para a atuação em contextos institucionais complexos. Brito *et al.*, (2021) e Figueiredo *et al.*, (2018) evidenciam que a vivência extensionista amplia a compreensão do processo saúde-doença e qualifica as práticas de cuidado e educação em saúde.

As repercussões práticas observadas reforçam que a extensão contribui para o fortalecimento do vínculo entre instituições, serviços e comunidade. Santos e Ruella (2019) apontam que a atuação extensionista promove intervenções contextualizadas, alinhadas às necessidades reais dos sujeitos acolhidos, favorecendo práticas mais resolutivas e humanizadas.

Diante disso, autores clássicos e contemporâneos convergem ao afirmar que a extensão universitária constitui espaço privilegiado de transformação institucional e social. Ponte *et al.*, (2009) e Sampaio (2016) ressaltam que a integração entre ensino, serviço e comunidade fortalece a promoção da saúde e consolida práticas de acolhimento institucional pautadas na integralidade, na ética e na responsabilidade social.

Categoria 2 – Contribuições da prática extensionista para a formação em enfermagem e para o cuidado integral à luz do ECA e dos ODS

A experiência extensionista desenvolvida em abrigo institucional evidencia contribuições expressivas para a formação dos discentes do curso de graduação em Enfermagem, especialmente por inseri-los em cenários reais de vulnerabilidade social que extrapolam os limites das práticas simuladas. Estudos apontam que a atuação extensionista em contextos comunitários possibilita uma formação mais sensível às desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento de competências críticas, éticas e comunicacionais essenciais ao cuidado em saúde (Gonçalves; Bahia, 2023; Franco *et al.*, 2020).

A vivência prática em instituições de acolhimento permite ao estudante reconhecer, de forma concreta, a inter-relação entre os determinantes sociais da saúde e as condições de vida de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar. Nesses espaços, o cuidado em saúde não se restringe à dimensão biológica, mas envolve aspectos educacionais, psicológicos, sociais e jurídicos, demandando uma atuação profissional integrada e intersetorial. Essa perspectiva está alinhada à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, que reconhece a complexidade das necessidades desse público e reforça a importância da articulação entre políticas públicas (Oliveira *et al.*, 2025).

Nesse sentido, a promoção da saúde assume papel central ao ampliar a compreensão dos discentes sobre a integralidade do cuidado. As ações extensionistas desenvolvidas em abrigos institucionais favorecem a construção de ambientes seguros, a escuta qualificada e o fortalecimento de vínculos terapêuticos, elementos fundamentais para o bem-estar físico, mental e social de crianças e adolescentes. Tais práticas dialogam diretamente com os princípios do Sistema Único de Saúde e com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, que propõe assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (Motta; Moreira, 2021; Pinheiro *et al.*, 2023).

Além disso, a inserção dos estudantes em atividades extensionistas contribui para a internalização dos valores expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece a doutrina da proteção integral como fundamento das políticas voltadas à infância e adolescência. A vivência prática em abrigos possibilita compreender o acolhimento institucional como medida protetiva excepcional e provisória,

reforçando a necessidade de práticas profissionais pautadas na equidade, na justiça social e na garantia de direitos (Fávero; Pini; Oliveira, 2020).

A reflexão crítica sobre os desafios vivenciados durante a prática extensionista também favorece o reconhecimento de fragilidades estruturais no sistema de proteção social, como a insuficiente integração entre saúde, educação e assistência social. Autores destacam que a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes exige governança intersetorial e compromisso político, em consonância com a Agenda 2030 e seus objetivos voltados ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades (Seixas *et al.*, 2020; Jubilut *et al.*, 2020).

No campo educacional, a experiência extensionista fortalece a formação cidadã e o compromisso social dos futuros profissionais de Enfermagem. A articulação entre extensão universitária e políticas públicas educacionais contribui para a construção de uma consciência crítica sobre o papel social do profissional de saúde, ampliando sua atuação para além dos espaços tradicionais de cuidado (Rocha; Thomasi, 2025; Lima *et al.*, 2025).

Diante disso, a integração das ações extensionistas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 3, 4 e 5, reforça a relevância da universidade como agente transformador da realidade social. A promoção da saúde em abrigos institucionais, quando alinhada à educação de qualidade e à igualdade de gênero, contribui para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, além de estimular práticas profissionais comprometidas com a sustentabilidade social (Rodrigues, 2024).

A experiência extensionista no abrigo institucional reafirma a extensão universitária como eixo formativo essencial na graduação em Enfermagem, capaz de integrar ensino, serviço e comunidade. Ao vivenciar contextos de acolhimento institucional, os discentes ampliam sua compreensão sobre direitos humanos, vulnerabilidade social e cuidado integral, consolidando uma formação ética, crítica e socialmente comprometida, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Agenda 2030.

Em continuidade às reflexões apresentadas, torna-se pertinente sistematizar os principais marcos normativos que fundamentam as práticas extensionistas desenvolvidas no contexto do acolhimento institucional. Nesse sentido, os próximos quadros têm como objetivo subsidiar a análise à luz das políticas públicas e dos dispositivos legais que orientam o cuidado integral à criança e ao adolescente. O Quadro 4 apresenta as principais diretrizes do Sistema Único de Saúde relacionadas à promoção da saúde, à integralidade do cuidado e à intersetorialidade. O Quadro 5 sintetiza os eixos centrais do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando os princípios da proteção integral e da garantia de direitos. O Quadro 6 reúne todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, evidenciando sua transversalidade e relevância para ações educativas, sociais e de saúde voltadas a populações em situação de vulnerabilidade.

Quadro 4 – Diretrizes do Sistema Único de Saúde relacionadas à promoção da saúde e ao cuidado integral

Diretriz do SUS	Síntese da diretriz	Relação com o acolhimento institucional
Universalidade	Garantia de acesso à saúde para todos, sem discriminação	Assegura atenção integral às crianças e adolescentes acolhidos
Integralidade	Considera o sujeito em suas dimensões biológica, psicológica e social	Fundamenta ações de promoção da saúde em abrigos institucionais
Equidade	Reconhecimento das desigualdades sociais para redução de iniquidades	Prioriza populações em situação de vulnerabilidade social
Intersetorialidade	Articulação entre saúde, educação e assistência social	Essencial para o cuidado integral no acolhimento institucional
Participação social	Envolvimento da comunidade na construção das políticas de saúde	Favorece ações educativas e extensionistas contextualizadas
Promoção da saúde	Foco em ações preventivas e de fortalecimento do bem-estar	Sustenta práticas educativas voltadas ao desenvolvimento saudável

Fonte: Construção dos autores, com base nos princípios do Sistema Único de Saúde (2026).

As diretrizes do Sistema Único de Saúde apresentadas no Quadro 4 encontram respaldo jurídico e normativo na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, a qual regulamenta, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde. Essa legislação estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, especialmente no que se refere a populações em situação de vulnerabilidade social, como crianças e adolescentes em acolhimento institucional (Brasil, 1990).

A Lei nº 8.080/1990 define os princípios da universalidade, integralidade e equidade como bases estruturantes do SUS, orientando a organização das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. No contexto dos serviços de acolhimento institucional, esses princípios se materializam na necessidade de garantir acesso contínuo e igualitário às ações de saúde, considerando as especificidades biopsicossociais das crianças e adolescentes acolhidos. Estudos recentes destacam que a efetivação da integralidade depende da articulação entre atenção básica, vigilância em saúde e políticas sociais complementares (Franco *et al.*, 2020; Carvalho *et al.*, 2023).

Outro aspecto central da Lei Orgânica da Saúde refere-se à organização descentralizada e regionalizada do sistema, com direção única em cada esfera de governo e participação da comunidade. Essa organização favorece a construção de redes de atenção à saúde, fundamentais para o cuidado intersetorial no acolhimento institucional. A descentralização permite que municípios desenvolvam estratégias adaptadas às realidades locais, fortalecendo o vínculo entre serviços de saúde, assistência social e instituições de acolhimento (Brasil, 2018; Gonçalves; Bahia, 2023).

Além disso, a Lei nº 8.080/1990 destaca a relevância da intersetorialidade como elemento essencial para a promoção da saúde, reconhecendo que fatores sociais, econômicos e culturais influenciam diretamente o processo saúde-doença. No âmbito da extensão universitária, essa diretriz se expressa na integração entre ensino, serviço e comunidade, possibilitando ações educativas e assistenciais que dialogam

com as necessidades reais das crianças e adolescentes acolhidos e fortalecem a formação crítica dos discentes de Enfermagem (Brito *et al.*, 2021; Rodrigues, 2024).

Ao incorporar os fundamentos da Lei Orgânica da Saúde à discussão do Quadro 4, evidencia-se que as práticas extensionistas não apenas se alinham às diretrizes do SUS, mas também contribuem para a concretização de seus princípios legais. Dessa forma, a atuação da Enfermagem em contextos de acolhimento institucional reafirma seu compromisso ético-político com a garantia do direito à saúde, a equidade no acesso aos serviços e a promoção do cuidado integral, conforme preconizado pela legislação brasileira vigente (Brasil, 1990; Lima *et al.*, 2025).

Quadro 5 – Síntese dos eixos estruturantes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Eixo do ECA	Descrição	Implicações para o acolhimento institucional
Proteção integral	Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos	Orienta práticas de cuidado humanizadas e éticas
Prioridade absoluta	Preferência na formulação e execução de políticas públicas	Fundamenta ações intersetoriais em saúde e educação
Direito à convivência familiar e comunitária	Acolhimento como medida excepcional e provisória	Reforça a necessidade de práticas que fortaleçam vínculos
Direito à saúde	Acesso integral às ações e serviços de saúde	Sustenta intervenções de promoção da saúde no abrigo
Direito à educação	Garantia do desenvolvimento integral	Apoia ações educativas extensionistas
Responsabilidade compartilhada	Dever da família, sociedade e Estado	Base para atuação multiprofissional e intersetorial

Fonte: Construção dos autores, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990; atualização vigente).

A síntese dos eixos do Estatuto da Criança e do Adolescente apresentada no Quadro 5 reafirma a compreensão de que o acolhimento institucional constitui medida excepcional e provisória, orientada pela doutrina da proteção integral. O ECA estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, devendo ter garantidas condições adequadas para seu desenvolvimento físico, emocional, social e moral (Brasil, 1990; Fávero; Pini; Oliveira, 2020).

O princípio da prioridade absoluta impõe ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade compartilhada pela proteção e promoção dos direitos da infância e adolescência. Nesse contexto, as ações extensionistas desenvolvidas no abrigo institucional contribuem para a efetivação desse princípio ao promover práticas educativas, de cuidado em saúde e de fortalecimento de vínculos, alinhadas à perspectiva dos direitos humanos (Jubilut *et al.*, 2020; Oliveira *et al.*, 2025).

Além disso, o direito à convivência familiar e comunitária orienta intervenções que respeitem a singularidade e a história de vida de cada criança e adolescente, evitando práticas meramente assistencialistas. A vivência extensionista permite aos discentes de Enfermagem compreenderem, de forma concreta, os desafios éticos, sociais e institucionais envolvidos no cuidado em contextos de acolhimento,

fortalecendo uma atuação profissional sensível, crítica e comprometida com a garantia de direitos (Gonçalves; Bahia, 2023).

Quadro 6 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e suas interfaces com a promoção da saúde no acolhimento institucional

ODS	Denominação	Síntese
ODS 1	Erradicação da pobreza	Visa eliminar a pobreza em todas as suas formas, reconhecendo-a como fator determinante das vulnerabilidades sociais que afetam crianças e adolescentes em acolhimento institucional.
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	Propõe assegurar segurança alimentar e nutrição adequada, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.
ODS 3	Saúde e bem-estar	Objetiva garantir vida saudável e promover o bem-estar em todas as idades, alinhando-se diretamente às ações de promoção da saúde física, mental e emocional no contexto institucional.
ODS 4	Educação de qualidade	Busca assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, reconhecendo a educação como eixo central para o desenvolvimento integral e a emancipação social.
ODS 5	Igualdade de gênero	Propõe eliminar todas as formas de discriminação e violência de gênero, promovendo equidade, respeito e proteção, especialmente relevantes no cuidado de crianças e adolescentes institucionalizados.
ODS 6	Água potável e saneamento	Defende o acesso universal à água potável e ao saneamento básico, essenciais para a prevenção de agravos à saúde em ambientes coletivos como os abrigos.
ODS 7	Energia limpa e acessível	Incentiva o acesso à energia segura e sustentável, contribuindo para ambientes institucionais mais adequados e seguros.
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico	Relaciona-se à preparação de adolescentes para o mundo do trabalho, respeitando direitos e promovendo inclusão social.
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura	Estimula infraestruturas resilientes e inovação social, favorecendo melhorias nos serviços públicos e institucionais.
ODS 10	Redução das desigualdades	Busca reduzir desigualdades sociais, econômicas e institucionais, aspecto central no enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas por crianças e adolescentes acolhidos.
ODS 11	Cidades comunidades sustentáveis	Propõe espaços urbanos inclusivos e seguros, reforçando a importância de ambientes institucionais que promovam proteção e bem-estar.
ODS 12	Consumo produção responsáveis	Incentiva práticas sustentáveis, promovendo educação ambiental e uso consciente de recursos no cotidiano institucional.
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	Enfatiza a necessidade de conscientização ambiental e adaptação às mudanças climáticas, incluindo populações vulneráveis.
ODS 14	Vida na água	Foca na conservação dos recursos hídricos, com impacto indireto na saúde coletiva e ambiental.
ODS 15	Vida terrestre	Visa proteger ecossistemas terrestres, promovendo sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.
ODS 16	Paz, justiça instituições eficazes	Defende instituições justas, inclusivas e eficazes, diretamente relacionadas à garantia de direitos de crianças e adolescentes conforme o ECA.
ODS 17	Parcerias e meios de implementação	Incentiva a cooperação entre setores e instituições, fortalecendo ações intersetoriais no cuidado e na promoção da saúde.

Fonte: Construção dos autores, com base na Agenda 2030 das Nações Unidas (2026).

Os ODS apresentados no Quadro 6 evidenciam a dimensão global da Agenda 2030 e sua relevância para a promoção da saúde e dos direitos humanos. A incorporação dos ODS nas práticas extensionistas desenvolvidas em abrigos institucionais reforça a compreensão de que o cuidado em saúde ultrapassa o âmbito clínico, integrando determinantes sociais, educacionais e ambientais (ONU, 2015; Seixas *et al.*, 2020).

Destacam-se, nesse contexto, os ODS 3, 4, 5, 10 e 16, que dialogam diretamente com a promoção do bem-estar, a educação de qualidade, a equidade de gênero, a redução das desigualdades e o fortalecimento de instituições justas. Estudos apontam que a articulação entre políticas públicas e os ODS favorece intervenções mais integradas e sustentáveis, especialmente junto a populações em situação de vulnerabilidade social (Pinheiro *et al.*, 2023; Rocha; Thomasi, 2025).

Assim, ao alinhar suas ações aos ODS, a extensão universitária fortalece o papel social da universidade e contribui para a formação de profissionais comprometidos com a sustentabilidade, a justiça social e a promoção da saúde. Essa perspectiva amplia o olhar dos discentes de Enfermagem para além do cuidado imediato, estimulando uma atuação ética, crítica e socialmente responsável (Lima *et al.*, 2025; Rodrigues, 2024).

A análise conjunta dos Quadros 4, 5 e 6 evidencia que as práticas extensionistas desenvolvidas no acolhimento institucional encontram sólido respaldo nas diretrizes do SUS, no ECA e na Agenda 2030. Esses marcos normativos e políticos convergem ao defender a integralidade do cuidado, a proteção dos direitos e a promoção do bem-estar em contextos de vulnerabilidade social.

A articulação entre os princípios do SUS e os eixos do ECA reforça a necessidade de práticas profissionais que reconheçam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, demandando ações intersetoriais e humanizadas. As atividades extensionistas, ao se inserirem nesse contexto, tornam-se espaços privilegiados para a materialização dessas diretrizes no cotidiano institucional.

Quando integradas aos ODS, essas práticas ampliam seu alcance, conectando o cuidado em saúde a estratégias globais de redução das desigualdades, promoção da educação de qualidade e fortalecimento da justiça social. Tal alinhamento contribui para a formação de profissionais sensíveis às demandas contemporâneas e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

A vivência extensionista, sustentada por esses referenciais, favorece a construção de uma prática profissional crítica e reflexiva, capaz de reconhecer as múltiplas determinações do processo saúde-doença. Ao atuar em abrigos institucionais, os discentes de Enfermagem ampliam sua compreensão sobre o cuidado integral e sobre a responsabilidade social inerente à profissão.

Por fim, a integração entre SUS, ECA e Agenda 2030 reafirma a extensão universitária como eixo estruturante da formação em saúde. Ao promover a articulação entre ensino, serviço e comunidade, as ações extensionistas contribuem para a consolidação de práticas éticas, humanizadas e socialmente comprometidas, fortalecendo o cuidado à criança e ao adolescente em situação de acolhimento institucional.

4. CONCLUSÃO

A reflexão desenvolvida neste artigo evidenciou que a prática extensionista em contextos de acolhimento institucional representa um espaço privilegiado para a promoção da saúde e para a efetivação do cuidado ampliado, especialmente junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Ao articular ensino, serviço e comunidade, a extensão universitária contribui para a construção de práticas de cuidado mais sensíveis às desigualdades sociais e às múltiplas dimensões que atravessam o processo saúde-doença nesses contextos.

Observou-se que a promoção da saúde no âmbito institucional demanda uma abordagem que vá além das ações assistenciais pontuais, incorporando estratégias educativas, preventivas e de fortalecimento de vínculos. Essa perspectiva favorece a compreensão da saúde como um direito social e coletivo, exigindo intervenções que considerem as condições de vida, o ambiente institucional e as necessidades individuais e coletivas das crianças e adolescentes acolhidos.

A articulação com as diretrizes do Sistema Único de Saúde reforça a importância da integralidade, da equidade e da intersetorialidade como fundamentos para o cuidado em saúde. Nesse sentido, a atuação em rede entre os serviços de saúde, assistência social e educação mostra-se essencial para garantir continuidade do cuidado, acesso aos serviços e respostas mais efetivas às situações de vulnerabilidade social presentes no acolhimento institucional.

Do ponto de vista da proteção integral, a centralidade dos direitos da criança e do adolescente impõe o reconhecimento desses sujeitos como protagonistas do cuidado, respeitando suas singularidades, histórias de vida e contextos familiares e sociais. A promoção de ambientes seguros, acolhedores e humanizados torna-se, assim, um componente fundamental para o desenvolvimento saudável e para a construção de projetos de vida, mesmo em contextos marcados por rupturas e fragilidades.

A vivência extensionista também se destacou como um elemento formativo relevante para os discentes de Enfermagem, ao possibilitar o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e relacionais que dificilmente seriam alcançadas apenas em ambientes acadêmicos tradicionais. O contato com realidades sociais complexas favorece a formação de profissionais mais críticos, empáticos e comprometidos com a transformação social e com a defesa dos direitos humanos.

Conclui-se que a integração entre políticas públicas, marcos legais e compromissos globais voltados ao desenvolvimento sustentável constitui um caminho necessário para o fortalecimento do cuidado em contextos de acolhimento institucional. Ao reconhecer a complexidade das vulnerabilidades sociais e o papel estratégico da extensão universitária e da Enfermagem, este estudo reafirma a promoção da saúde como um processo contínuo, coletivo e fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, T. R.; VIANNA, V. F.; CARREIRA, L. F. G.; CARNEIRO JUNIOR, N.; MONTANARI, P. M. Reflexões sobre a educação médica e a extensão universitária como estratégia de transformação social. *Em Extensão*, v. 24, n. 1, p. 1–15, 2025.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.
- BRITO, H. R. D. N. G.; ALVES, E. D.; CRUZ, E. R. M.; CARNEIRO, S. V.; BEZERRA, M. D. H. O.; CARVALHO, M. M. B.; CARNEIRO, S. N. V. Extensão universitária e ensino em saúde: contribuições para a formação crítica. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 29895–29918, 2021.
- CARVALHO, R. F.; FARIA, M. G. A.; SILVA, C. S. S. L.; ALVES, L. V. V.; TEN, Y. Z. L. F.; GUEDES, F. C.; CARDOSO, V. L. P. C. Práticas extensionistas sob a perspectiva teórica das universidades promotoras da saúde. *Journal of Nursing and Health*, v. 13, n. 3, e13324331, 2023.
- COSTA, S. D. C.; LOPES, A. F.; YAMAGUCHI, K. K. D. L.; REBELO, K. S. Public teaching in Nutrition and its relevance in the interior of Amazonas, Brazil. *Revista de Nutrição*, v. 38, e230221, 2025.
- FÁVERO, E. T.; PINI, F. R. O.; OLIVEIRA, M. L. Estatuto da Criança e do Adolescente e a doutrina da proteção integral. São Paulo: Cortez, 2020.
- FIGUEREDO, W. N.; CARDOSO, G. M. P.; ALMEIDA, D. S.; BALDOINO, A. S.; COELHO, M. T. Á. D. A extensão universitária na formação do estudante da área da saúde. *Revista Tópicos Educacionais*, v. 24, n. 2, p. 41–55, 2018.

FRANCO, E. C. D.; BAHIA, F. C. S.; SILVEIRA, E. A. A.; CARVALHO, G. D. Repercussões do programa de extensão ACOLHER na formação acadêmica. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, e3749108676, 2020.

GONÇALVES, L. D.; BAHIA, S. H. A. A integralidade do cuidado à saúde da criança no contexto multicampi. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 260–269, 2023.

JUBILUT, L. L.; LOPES, R. O.; GARCEZ, G. S.; FERNANDES, A. P.; SILVA, J. C. J. Direitos humanos, vulnerabilidade e proteção social. Boa Vista: UFRR, 2020.

LIMA, J. F.; MAGALHÃES, A. P.; AUR, B. A.; YAMAMOTO, F. A.; CORDÃO, F. A.; COELHO, M. A.; SOFFNER, R. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Base Nacional Comum Curricular. *Boletim Técnico do Senac*, v. 51, p. 1–18, 2025.

MOTTA, C. T.; MOREIRA, M. R. O Brasil cumprirá o ODS 3.1 até 2030? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4397–4409, 2021.

MÜLLER, F. C.; CONCIANI, I. N.; CORRÊA, L. P.; BACH, M. B.; SANTOS, D. V. D.; STEFANELLO, S. Aprendizagem significativa no processo formativo de profissionais da saúde. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 8, n. 1, e989, 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre a saúde infantil. Genebra: OMS, 2021.

PINHEIRO, C. R.; RIBEIRO, M. A.; CARVALHO, O. M.; SOUZA, Q. S.; MAFORT, T. T.; LOPES, A. J. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: saúde e bem-estar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023.

PONTE, C. I. R. V.; TORRES, M. A. R.; MACHADO, C. L. B.; MANFRÓI, W. C. A extensão universitária na FAMED/UFRGS. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 33, n. 4, p. 527–534, 2009.

ROCHA, P. H. M.; THOMASI, T. Z. Efetivação do direito à felicidade e o ODS 4. *LexLab*, v. 2, n. 1, p. 57–77, 2025.

RODRIGUES, E. D. A. S. Educação ambiental e Agenda 2030: desafios contemporâneos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*, v. 10, n. 10, p. 1–13, 2024.

SAMPAIO, J. F. Extensão universitária na formação em saúde. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, v. 1, n. 2, p. 199–201, 2016.

SANTOS, L. A.; RUELLA, J. A. Contribuição da metodologia de trabalhos de extensão na formação de profissionais da saúde. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, v. 17, n. 1, p. 1–10, 2019.

SEIXAS, C. S.; PRADO, D. S.; JOLY, C. A.; MAY, P. H.; NEVES, E. M. S. C.; TEIXEIRA, L. R. Governança ambiental no Brasil e os desafios da sustentabilidade. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 25, n. 81, 2020.